

INFORMATIVO TRT6

Jornal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Recife PE

março / 2013 ano XX nº 196 www.trt6.jus.br

Novos fóruns em Ipojuca e Goiana são prioridades do TRT-PE



Seplan

Projeto arquitetônico piloto permite, com os devidos ajustes, adaptação das instalações conforme a demanda de cada município

Em março, o presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo da Cunha Andrade, visitou as prefeituras dos municípios de Ipojuca e Goiana e pediu apoio às administrações para acelerar a regularização dos documentos dos terrenos e os serviços de terraplenagem, permitindo o início da construção dos novos fóruns. Com a medida, o Tribunal pretende instalar um quantitativo de varas compatível com a expansão das relações de trabalho decorrentes do rápido desenvolvimento econômico das regiões.

TRT-PE promove Curso de Combate a Incêndio

Aulas teóricas e práticas instruem servidores das unidades da Sudene a lidar com princípios de incêndio e com o manuseio de equipamentos de segurança.

70 Anos da CLT

Judiciário Trabalhista comemora os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho. TRT-PE realiza programação regional ao longo de uma semana.

Presidente Ivanildo Andrade visita SUDENE para observar instalações

O presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo Andrade, visitou no dia 13 de março o Fórum Advogado José Barbosa de Araújo, localizado no prédio da Sudene onde funcionam as 23 VTs da capital, além de outras unidades da Justiça. O presidente foi recebido por Ricardo Rangel, Administrador do Fórum. Durante a manhã, conversou com Luiz Gonzaga Paes Landim, Superintendente da Sudene, com Nivaldo Andrade, síndico da Sudene e Marcos Robalinho, Diretor de Administração.

Na pauta, questões como as condições das instalações físicas, e a verificação da necessidade de serviços de manutenção nas estruturas do condomínio. Nesse sentido, os dirigentes tomaram a iniciativa de instituir reuniões quinzenais, com a participação de todos os condôminos, a fim de alinhar as ações que estão sendo realizadas às

que já foram aprovadas e às que necessitam de implementação, buscando uma melhoria constante, voltada para medidas preventivas. Dentre as providências já implementadas, está a substituição dos extintores e mangueiras de incêndio.

O desembargador Ivanildo Andrade concluiu a conversa dizendo que o TRT-PE está de portas abertas, e se colocando à disposição para contribuir com o aprimoramento constante dos serviços ali prestados: “Estamos

no mesmo barco. Remar em conjunto é o nosso intuito.” Antes de deixar a Sudene, ainda conversou com Sérgio Vaisman, diretor do fórum e Juiz titular da 4ª Vara Trabalhista, deixando-o a par do que foi discutido, já que este estava em audiência durante a reunião da manhã.

TREINAMENTO - O Curso de Combate a Princípios de Incêndio ministrado pelo TRT-PE nos dias 19 e 21 foi estendido aos colaboradores dos demais órgãos que funcionam na

Sudene, numa iniciativa do presidente do Tribunal para garantir um ambiente de trabalho seguro para os magistrados, servidores e usuários dos serviços prestados no edifício. Dividido em dois módulos, o treinamento abrangeu conhecimentos teóricos sobre princípios de incêndio, características e funcionalidades dos diferentes tipos de extintores de incêndio, além de instrução prática de extinção do fogo, com a utilização de equipamentos de segurança.



No segundo dia de treinamento, turmas recebem instruções práticas de extinção do fogo utilizando equipamentos de segurança

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-3225.3216
imprensa@trt6.jus.br

PRESIDENTE

Ivanildo da Cunha Andrade

VICE-PRESIDENTE

Pedro Paulo Pereira Nóbrega

CORREGEDORA

Virgínia Malta Canavaro

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Eneida Melo Correia de Araújo
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nóbrega
Virgínia Malta Canavaro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira
Dione Nunes Furtado da Silva
Dinah Figueirêdo Bernardo

Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino
Nise Pedroso Lins de Sousa
Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura
Maria do Socorro Silva Emerenciano

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ayrton Carlos Porto Júnior

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Maria Alice Amorim (DRT 2194-PE)

REDATORES

Eugenio Pacelli / Maria Alice Amorim /
Mariana Mesquita

REVISÃO

Eugenio Pacelli

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli

Maria Alice Amorim / Siddharta Campos /

Elysangela Freitas

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Siddharta Campos

ESTAGIÁRIA

Marina Souza Didier

IMPRESSÃO

Gráfica e Editora Liceu

(Tiragem: 1.500 exemplares)

Polos industriais exigem construção de novos Fóruns

O TRT-PE pretende construir dois novos fóruns trabalhistas nos municípios de Ipojuca e Goiana ainda este ano. Na manhã da quinta-feira, 14/03, o presidente do Tribunal, desembargador Ivanildo da Cunha Andrade, esteve em Ipojuca acompanhado da corregedora do Tribunal, desembargadora Virgínia Malta Canavarro, oportunidade em que se reuniram com o prefeito da cidade, Carlos Santana. Na conversa, planos para a instalação de um polo jurídico-administrativo, a ser construído num terreno à margem da PE-60, doado pelo município, a cerca de um quilômetro do centro. No local o TRT vai concentrar as três varas atuais e outras que devem ser criadas em função do grande desenvolvimento econômico do município. O desembargador Ivanildo Andrade ressaltou que o Tribunal tem pressa, salientando que as causas trabalhistas estão cada vez mais complexas e o volume de demandas vem aumentando exponencialmente: “Seguramente, o início do funcionamento da Refinaria Abreu e Lima acarretará o dobro do número de demandas que temos hoje”, complementa. O prefeito de Ipojuca se mostrou disponível para acelerar os trâmites de viabilização, pedindo inclusive ao Tribunal que ofici-

Ao lado, as instalações da 3ª Vara do Trabalho de Ipojuca. Abaixo, o presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo Andrade, e a corregedora, desembargadora Virgínia Canavarro, em reunião com o prefeito de Goiana, Fred Gadelha



alize o pleito, para que possa acionar a Secretaria de Infraestrutura e dar o pontapé inicial na construção.

No projeto, há previsão de instalação de prédios de diversos órgãos: Justiça Trabalhista, com o funcionamento de oito varas, Justiça Estadual, INSS, Caixa Econômica Federal, Ministério Público entre outros. Tais unidades visam ao atendimento de vários setores públicos, configurando uma concentração de serviços aos administrados, o que é de pleno interesse da prefeitura, como pontuou Carlos Santana: “É objetivo da prefeitura buscar soluções definitivas para atender o interesse público, a fim de possibilitar a prestação de serviços de boa qualidade. Com o crescimento desordenado em decorrência do rápido desenvolvimento de Suape, o

polo vai auxiliar no planejamento e sustentabilidade do município.”

Em Goiana, o presidente do Regional discutiu com o prefeito Fred Gadelha, no dia 22/03, sobre a doação do terreno para construção do novo polo, com previsão de funcionamento de seis a oito varas. O fórum será instalado nas imediações da cidade planejada Northville, onde haverá três bairros, shopping center, centro logístico, hotel, centro empresarial, hospital, centro educacional, além de indústrias farmacológicas e automotivas. A construção civil de tais instalações e o posterior funcionamento das indústrias vão gerar cerca de 19 mil empregos diretos e indiretos. As novas atividades econômicas também vão importar um aumento significativo das demandas traba-

listas naquela região, como pontua o presidente Ivanildo Andrade: “A Justiça do Trabalho é uma caixa de ressonância das relações de trabalho. Precisamos nos preparar para assegurar à população de Goiana uma efetiva e célere prestação jurisdicional”.

A pressa do presidente com a construção dos fóruns é justamente se antecipar a problemas que possam ocorrer com o desenvolvimento econômico acelerado das regiões, experiência visível no histórico de várias cidades brasileiras, salientando que “com medidas preventivas é possível evitar que se instale o caos nos serviços jurisdicionais”. No ano passado, Goiana registrou o número de 2.567 processos, e Ipojuca, 4.406. Assim, os novos polos visam à instalação de um quantitativo de varas compatível com a expansão dessas relações de trabalho.

Celeridade e efetividade são marcas que a Corregedora pretende deixar

Entrevista

Confira a entrevista com a nova Corregedora, desembargadora Virgínia Malta Canavarro, e os planos da Corregedoria do TRT-PE para o biênio 2013/2015.

Quais as principais metas para a Corregedoria, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, para 2013?

As metas do CNJ vêm sendo alcançadas a cada gestão pelo TRT6, mérito este dos integrantes do primeiro e segundo graus, que se esforçam para alcançar resultados palpáveis em todas as instâncias. Dentre as metas para 2013, o Conselho estabeleceu: julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013 e solucionar, até 31/12/2013, pelo menos 80% dos processos distribuídos em 2009, na Justiça do Trabalho e aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011. Bons resultados em relação ao alcance das metas, igualmente, revelam o atendimento aos anseios da sociedade com uma prestação de serviços de qualidade aos jurisdicionados. Reafirmo, na atual gestão, o interesse da Corregedoria em contribuir para que possamos alcançar índices cada vez melhores.

O que a Corregedoria traz de novidades para esta gestão? Haverá alguma mudança significativa nas atividades de correção?

Com o crescimento do número de varas em que o PJe-JT venha sendo instalado é possível uma maior gestão em tempo real por parte da Corregedoria Regional, o que altera de certa forma o modelo de acompanhamento dos trabalhos do primeiro grau. Em que pese esse controle dos procedimentos de correção tenha a tendência de mudar de formato, as visitas serão mantidas, vez que possibilitam uma maior proximidade entre a Administração do Tribunal e as demandas das unidades jurisdicionais. Tal contato também proporciona uma relação direta com os órgãos representativos dos partícipes do processo judicial, promovendo a salutar troca entre a comunidade e o Judiciário, trazendo melhoras à prestação jurisdicional.

Como a Corregedoria vai



ajudar a promover a ampliação do PJe-JT, plano da Presidência para o biênio?

O Tribunal sempre visa a dar continuidade às conquistas das gestões anteriores, o que ocorreu de maneira bastante positiva e harmoniosa entre a atual administração e a passada, já que esta deu início à implantação do Processo Judicial Eletrônico. Nesse sentido, a Corregedoria continuará colaborando incansavelmente para que a fase final de instalação do processo eletrônico no âmbito do TRT6 ocorra de maneira eficaz e sem sobressaltos. Um exemplo disso é a capacitação continuada dos magistrados pela Escola Judicial da Sexta Região que, trabalhando em consonância com o planejamento estratégico do Tribunal, permite o desenvolvimento regular e ascendente das atividades jurisdicionais com o uso do PJe-JT. Do ponto de

vista processual, os procedimentos serão bem mais celeres e os problemas atuais decorrentes da carência de pessoal nas varas tenderão a ser mais bem equacionados, mediante a supressão de rotinas próprias do processo físico.

Considerando as mudanças no TRT-PE e na Justiça do Trabalho com a implantação do PJe-JT, o que proporciona mais celeridade e economia processual, o que magistrados e servidores devem esperar desta gestão, em termos de melhoria nas condições de trabalho?

Durante a implantação do PJe-JT e ao longo da fase de transição entre o processo físico e o eletrônico, os operadores do direito poder-se-ão deparar com algumas dificuldades iniciais, situação antevista devido à grande mudança, principalmente no que diz respeito à

adaptação e à modernização dos procedimentos. É bastante provável que a etapa inicial exija o aperfeiçoamento dos servidores e o desenvolvimento das chamadas competências estratégicas. Assim, ao mesmo tempo em que essas adaptações irão demandar mais atenção da direção do Tribunal, igualmente exigirão dos magistrados, servidores e advogados o aprimoramento de conhecimentos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação. Para isso, no entanto, o Tribunal tem investido na aquisição de equipamentos e adoção de medidas que permitam sempre uma melhor utilização desta nova ferramenta que vem sendo implantada.

A Corregedoria, precipuamente, atua *a posteriori*, ou seja, presta serviços de correção de eventuais falhas ou inobservâncias já existentes no âmbito do Tribunal. Esta gestão planeja alguma ação preventiva, ou seja, *a priori*, de problemas previsíveis?

Atualmente, os relatórios gerenciais de que dispomos asseguram um controle eficiente do trabalho que é realizado em cada uma das unidades jurisdicionais, colaborando positivamente para uma atuação cada vez mais proativa da Corregedoria. O desenvolvimento de instru-

mentos para um acompanhamento da atuação das diversas unidades jurisdicionais de primeiro grau, contudo, a exemplo do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão), além de outros que venham a ser incorporados ao PJe-JT, possibilitará à Corregedoria identificar situações pontuais,



admitindo, com isso, uma atuação preventiva, a fim de encaminhar as melhores soluções para o alcance de uma prestação jurisdicional mais efetiva. O e-Gestão, ainda em fase de implantação, é coordenado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e será interligado ao Processo Judicial Eletrônico. Tal integração também terá por finalidade permitir que o sistema do processo eletrônico

disponibilize dados estatísticos às Corregedorias Regionais para que estas atuem de modo mais ágil e transparente.

Com o crescente desenvolvimento econômico do Estado, e consequente aumento de processos e carga de trabalho dos juízes, que tipo de suporte a Corregedoria pretende prestar aos magistrados?

realização de novo concurso público para juízes e também a inauguração de novas varas irão contribuir para a divisão proporcional do serviço jurisdicional.

Qual é a impressão que a senhora quer deixar, na posição de Corregedora da gestão 2013/2015?

Relembro as palavras do Ministro João Oreste Dalazen

“Bons resultados em relação ao alcance das metas revelam o atendimento aos anseios da sociedade com uma prestação de serviços de qualidade aos jurisdicionados.”

O volume de trabalho é fato notório, e uma problemática difícil de sanar, já que está diretamente vinculado ao quantitativo de demandas, que cresce continuamente. O Tribunal, desde as gestões anteriores, buscando uma melhora nas condições de trabalho dos magistrados, tem por escopo a distribuição equitativa do serviço, o que não será diferente na minha gestão. Tenho certeza de que a

no sentido de que o ofício de corregedor só se aprende com a prática no cargo. Assim, tenho o compromisso de uma atitude leal e transparente frente à Corregedoria objetivando a distribuição equânime dos serviços na primeira instância e, sobretudo, celeridade, efetividade e justiça na prestação jurisdicional. Isso tudo constitui a marca que pretendo deixar na minha gestão, dando o meu melhor.

TRT-PE comemora Dia Internacional da Mulher

O Núcleo de Saúde do TRT-PE promoveu no dia 09/03 a 1ª Corrida e Caminhada em Homenagem às Mulheres. Um total de 141 atletas percorreram 3,5 km, com largada e chegada na sede, no Cais do Apolo, passando pela Ponte Duarte Coelho, Palácio das Princesas, Rua da Aurora e Ponte do Limoeiro.

Anualmente, no mês de março, o TRT6 investe em campanhas de saúde, seguindo uma tendência mundial: lembrar a força das minorias, e sua história de luta para superar o preconceito e também homenagear as mulheres que exercem ao mesmo tempo todos os papéis que a sociedade exige, sem descer do salto.

Para Michelle Rangel, do Núcleo de Saúde do Tribunal, “Essas ações estimulam a prática de atividades físicas e a adoção de hábitos saudáveis”, o que contribui com o objetivo estratégico do Tribunal de “promover ações que visem à melhoria da qualidade de vida e segurança das pessoas”.

O primeiro lugar entre as mulheres ficou com Adriana Rodrigues Guerra. Tânia Regina Chenk Allatta, juíza titular da vara de Salgueiro, chegou em segundo e, em terceiro, Isolda Regina Vilar de Lucena, da 1ª de Olinda. André Marcos Feller Silva levou a primeira colocação masculina, seguido por Fernando Mesquita, da 8ª de Recife e, em terceiro, Rafael Estevão de Oliveira.



JUÍZA PATRÍCIA BRANDÃO NOMEADA GESTORA DO PROGRAMA TRABALHO SEGURO

A juíza Patrícia Brandão, titular da 21ª Vara de Recife e atual ouvidora, foi nomeada pelo presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo Andrade, gestora regional do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. A juíza junta-se à desembargadora Valéria Gondim para coordenar projetos de prevenção de acidentes laborais, assumindo o lugar da desembargadora Dinah Figueiredo que, por questões pessoais, teve que se afastar da função.

TRT-PE FECHA CONTRATO DE ACESSO MÓVEL À INTERNET 3G

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região fechou contrato com empresa de telefonia, após processo licitatório para Registro de Preços, para prestação de serviço de comunicação e acesso móvel à internet, via rede digital de banda larga 3G. Todos os magistrados do TRT6 serão contemplados com o fornecimento de 150 modems, o que vai ocasionar maior mobilidade ao uso do PJe e mais celeridade aos processos.

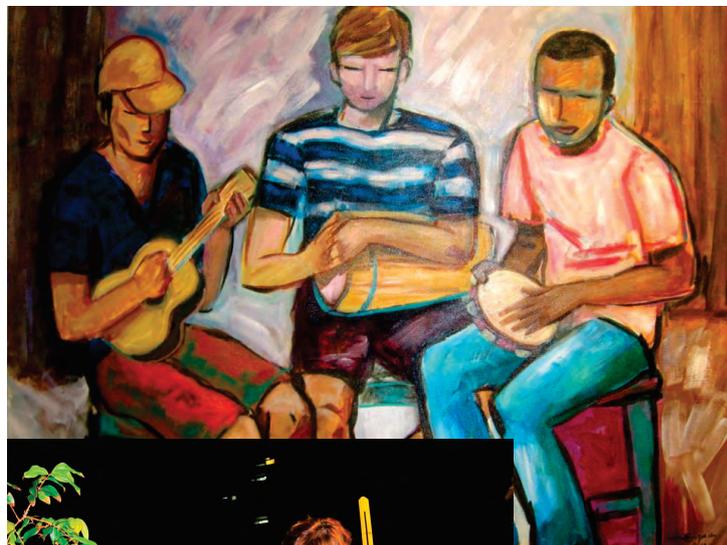
CURSO CAPACITA MULTIPLICADORES

A Escola Judicial do TRT (EJ-TRT6) concluiu na terça-feira (13/03) curso de formação de multiplicadores de aprendizagem para treinamentos do PJe-JT. Depois da preparação didático-pedagógica, finalizada em fevereiro, os servidores concluíram a capacitação e passarão a atuar como monitores nas próprias Varas, iniciando um projeto piloto inovador, proposto pela Escola Judicial.

Célia Campello: a arte que vem do cotidiano

A servidora do TRT-PE, Célia Campello, lotada na Diretoria-Geral, sempre gostou de arte. Há 15 anos, adotou como *hobby* pintar sobre porcelanas. Psicóloga de formação, a artista passou a desenvolver melhor seus trabalhos de pintura após concluir seu segundo curso, o de Direito, quando ganhou mais tempo para dedicar-se à atividade. Sua mãe, Miriam Coelho, era artista, então, desde pequena Célia observava a arte de pintar com um olhar curioso. A catarse estimulada desde a infância fez com que Célia cultivasse seu dom com uma perspectiva sensível e traços marcantes. A servidora tenta passar para suas “telas” um espírito novo, usando um estilo figurativo de

características expressionistas. “São momentos de lazer, cenas cotidianas que despertam o meu interesse”, diz Célia. Artistas locais como Zé Cláudio, Tereza Costa Rêgo e Marcelo Peregrino, atraem a admiração e o respeito da pintora. Apesar do pouco tempo e de um número reduzido de obras prontas, a artista inicia o caminho das artes colecionando elogios de quem vê seus trabalhos. Uma de suas pinturas se encontra permanentemente exposta na entrada da Diretoria-Geral, no edifício-sede do TRT-PE. Mais recentemente, a servidora do Tribunal vem trabalhando em oficinas ministradas pela professora Jéssica Martins com tinta acrílica.



Ao lado, a artista em seu ateliê, onde frequentemente busca inspiração em recortes de jornal, como aconteceu com a obra acima, intitulada “O bom da vida”.

Amatra VI discute multidisciplinaridade jurídica



Na abertura, presidente do TRT6, desembargador Ivanildo Andrade, reforçou a importância da construção de um Judiciário mais forte

Sob o tema “A riqueza do mundo jurídico: o direito a partir de múltiplos olhares”, aconteceu entre os dias 13 a 17 de março, em Porto de Galinhas, o XXII Encontro

Regional da Associação dos Magistrados do Trabalho, organizado pela Amatra VI. Ir além da seara exclusivamente trabalhista e abraçar a multidisciplinaridade oferecida pelo

universo jurídico. Foi com esse propósito que o XXII Encontro Regional da Associação dos Magistrados do Trabalho reuniu magistrados de todo o Nordeste. No encerramento do encontro, o

juiz Humberto Vasconcelos falou sobre “O trabalho infantil: difícil universo da criança e do adolescente”. “Trata-se de uma realidade do mundo jurídico em relação à qual conhecemos pouca coisa”, pontuou o presidente da Amatra VI, André Machado. O presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT6), Ivanildo Andrade, esteve presente na ocasião e reforçou a importância do evento para a construção de um Judiciário mais forte, e apresentou as principais metas e ações que vem realizando à frente da instituição.